



## **POR UMA CONSTRUÇÃO DE EDUCAÇÃO ESPECIAL NO NOVO ENSINO MÉDIO POTIGUAR: DA INTEGRAÇÃO A INCLUSÃO.**

Eveline da Silva Medeiros Batista <sup>1</sup>  
Dra. Patrícia Cristina Aragão <sup>2</sup>  
Dra. Maria Marlene dos Santos Viana <sup>3</sup>

### **RESUMO**

O presente estudo busca problematizar a Educação Especial como modalidade de ensino que está contemplada em todos os níveis e etapas, sendo complementar ou suplementar à escolarização, e não substitutiva, e a Educação Inclusiva no Ensino Médio Potiguar. Entendemos inclusão como uma mudança de perspectiva educacional. A organização curricular do Novo Ensino Médio Potiguar é dividida em Formação Geral Básica e em Itinerários Formativos, possibilitando, na teoria, uma maior personalização do plano de estudo dos alunos nos anos finais do ensino básico, a construção de identidades e a estruturação de conceitos fundamentais para o desenvolvimento pleno da cidadania dentro da diversidade, mas a realidade precisa ser discutida e problematizada. Buscar conhecimentos, desenvolver parcerias possibilita a participação maximizada do aluno com deficiência na sala de aula e de todo um público escolar visibilizado pelo nivelamento proposto no currículo tradicional, consolidando o caminho para a quebra de paradigmas e motivando a pesquisa dentro e fora do espaço escolar. Buscamos com o estudo problematizar nas escolas e junto aos professores a educação especial, e percebemos que os números oficiais mostram uma maior estrutura de ensino e inclusão nas escolas, construindo espaço para a equidade após a década de 1970, quando o número de evasão e de alunos com deficiência matriculados está diretamente vinculado ao espaço de diálogo e de políticas públicas voltadas à equidade. Esta pesquisa é baseada na teoria de Mantoan (2003) sobre Educação Inclusiva, Silva (2023) sobre as teorias críticas do currículo, Candau e Sacavino (2015) sobre a pesquisa em educação. Dessa forma, percebemos que o ato de identificar o aluno público da modalidade de Educação Inclusiva pela análise de indicadores se tornou viável e já é uma realidade e que o currículo deve ir muito além das limitações prescritas em laudos. Através dos números é possível identificar que o desafio permanece na percepção das necessidades especiais presentes nesse público para que, assim, a inclusão aconteça nas escolas da rede estadual.

**Palavras-chave:** Inclusão; Ensino Médio; Pessoa com Deficiência.

### **INTRODUÇÃO**

É possível a construção de uma sociedade mais democrática, que respeita a diversidade, que constrói pontes entre o conhecimento e a sociedade, pontes entre a escola e a comunidade,

- 1- [1] Professora de História da Rede Básica de Ensino do estado do Rio Grande do Norte, Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Formação de Professores da Universidade Estadual da Paraíba - PPGFP/UEPB- E-mail: eveline.silva.medeiros@aluno.uepb.edu.br
- 2- [2] Doutora em Educação, professora do Departamento de História, campus I e docente do Programa de Pós-Graduação em Formação de professores. E-mail: [patriciacaa@yahoo.com](mailto:patriciacaa@yahoo.com).
- 3- [3] Doutora em Ciências da Educação pela Word University Ecumenical, estudante no Programa de Pós-Doutorado em Ciências da Educação pela Word University Ecumenical e docente da Rede Estadual do Rio Grande do Norte. E-mail: marleneadryan2013@gmail.com



respeitando o outro na integralidade. Como podemos ver em Candau e Sacavino: “é na promoção do diálogo entre os diferentes que se constrói e afirma a igualdade” (2015, p. 68). As tentativas de montar salas de aula uniformes, assim demonstram o fracasso escolar das redes públicas de ensino, e o movimento para a mudança dessa visão traz muitos saberes para as populações em minoria nos espaços de poder da sociedade. Esse trabalho se propõe a levantar uma bibliografia sobre a Educação Especial e Inclusiva no Ensino Médio Potiguar, na construção de identidades e respeito à diversidade no ambiente escolar, possibilitando a formação, na escola, de um ambiente aberto às demandas da sociedade, e de um espaço para produzir cultura como uma forma de elo com a comunidade local, além de construir, com a comunidade escolar, por meio de blog periódicos, locais de fala permanente de alunos e professores sobre a escola inclusiva.

Vamos começar vendo a trajetória para se chegar a uma Educação Inclusiva na construção do Ensino Médio Potiguar. Nesse sentido, a problemática que surge é: de que modo o Novo Ensino Médio Potiguar se configura de forma inclusiva na abordagem da Educação Especial? Historicamente podemos perceber que a segregação foi o lugar destinado às pessoas com deficiência na construção do modelo de sociedade atual, mas com o processo de inclusão, aos poucos elas foram ganhando espaço. Entre lutas dos familiares e de organismos internacionais, os movimentos em favor da integração de crianças com deficiência se expandiram por todas as esferas sociais.

A Conferência da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), de 1990, ocorrida na Tailândia, formulou um documento intitulado A Declaração Mundial de Educação para Todos, que contém medidas que, na época, se pensava para garantir o acesso à Educação para pessoas com deficiência como parte do sistema educacional comum, um desafio às políticas educacionais que existiam no período.

Muito além de propor uma mudança, é preciso ver criticamente o sistema educacional como reprodutor de exclusões, perceber a relevância de se propor uma abordagem mais democrática no ato de ensinar, que evidencie as identidades de cada aluno, perceber a produção cultural presente nas mais diversas comunidades e entender que a escola está dentro da comunidade, assim como a comunidade está dentro da escola, e que ambas se reproduzem, uma dentro da outra, a sua cultura e visão política dos indivíduos.

Esse estudo tem por início uma reflexão da prática de ensino na Educação Básica e nas lacunas na formação continuada e inicial do professorado da rede pública. O aprimoramento dos conhecimentos dos professores e a prática de pesquisa são pontos que ainda precisam ser desenvolvidos pelas redes de ensino: o conteúdo e a eficácia não prezam pela qualidade ou pelo embasamento teórico científico, segundo experiência vivida no exercício da docência em escolas públicas em anos finais do Ensino Fundamental e Médio e ainda sendo parte dos recursos destinados às formações continuadas.

## **REFERENCIAL TEÓRICO**

Perceber a construção da Educação no Brasil é um desafio. Vários foram os momentos e as correntes que influenciaram a construção da Educação no nosso país. Iremos organizar cronologicamente a luta e os avanços sobre a Educação Especial e os principais marcos temporais sobre a inclusão nos espaços escolares. Por muito tempo as pessoas com deficiência foram segregadas e tiveram seus direitos negados. Podemos encontrar esse panorama ao nos voltarmos para a História da Educação: ao longo do tempo e nas mais diversas fases da história as pessoas com deficiência sempre existiram, e o modo como a sociedade vê e reconhece essas pessoas permanece, desde a antiguidade, cheio de estigmas. O silenciamento de suas memórias é o mais forte indício de negligência e invisibilidade dessas pessoas.



Ao se buscar dados sobre o tipo de tratamento dado às pessoas com deficiência na Idade Antiga e na Idade Média, descobre-se que muito pouco se sabe, na verdade. A maior parte das informações provem de passagens encontradas na literatura grega e romana, na Bíblia, no Talmud e no Corão. Encontra-se, por exemplo, uma recomendação feita por Mohammed, no quarto verso do quarto sura, encorajando que se alimente e se abrigue “aqueles desprovidos da razão”, tratando-os com amabilidade (Aranha, 2001, p. 02).

Silenciar essa população era a forma que as famílias encontravam como estratégia de sobrevivência. Na antiguidade a sociedade tinha como base de organização sócio-política-econômica a agricultura, o artesanato e a pecuária; a sociedade era dividida entre nobreza e servos, o lugar do diferente é banido. Os que conseguiam espaço tinham seu papel definido: os bobos da corte, usados para o entretenimento da minoria que detinha o poder em suas mãos. Kanner (1964) *apud* Aranha (2001), relatou que “a única ocupação para os retardados mentais encontrada na literatura antiga é a de bobo ou de palhaço, para a diversão dos senhores e seus hóspedes” (p.3).

Vemos assim que as pessoas deficientes eram inferiorizadas pela família e pela sociedade, mas esse não foi o único período da História que encontramos esse comportamento social sobre as pessoas com deficiência. Podemos acompanhar outras formas de inferiorizar: o cristianismo trouxe para o Ocidente a orientação de que todos são amados por Deus, com isso, agora eles são humanizados, seres amados pelo Deus cristão. Como podemos ver em Aranha (2001), a partir da doutrina cristã, as pessoas deficientes não podiam ser mais exterminadas, já que eram criaturas de Deus. Assim, eram aparentemente abandonadas à própria sorte, dependendo, para sua sobrevivência, da boa vontade e caridade humana (Aranha, 2001).

Com o Tribunal do Santo Ofício, um período turbulento da história se iniciou, não que os anteriores não fossem conturbados, mas nesse período a oficialização do extermínio aos corpos e mentes fora do padrão estabelecido pela Igreja Católica se oficializou. Seres endemoniados e mentes em posseção estavam na mira do extermínio.

Observamos que, com a Reforma liderada por Lutero, a situação não mudou muito, pois novos pensamentos, formas de excluir e estereotipar as pessoas com deficiência se configuraram. A rígida disciplina imposta aos reformadores perante a Igreja também era aplicada à sociedade. A moral e a ética distorciam o que era empregado pela Igreja anteriormente: uma nova percepção de sociedade surgia, mas quanto à pessoa com deficiência, não houve mudança de comportamento.

Conquanto poder-se-ia esperar alguma modificação mais substancial nas relações da sociedade com a deficiência, tal fato não se deu. Segundo o próprio Lutero, “o homem é o próprio mal quando lhe faleça a razão ou lhe falte a graça celeste a iluminar-lhe o intelecto; assim, dementes e amentes são, em essência, seres diabólicos”, considerando a pessoa com deficiência e a pessoa doente mental seres pecadores, condenados por Deus (Aranha, 2001, p. 5).

No século XVI as mudanças do capitalismo mercantil na sociedade e na economia trouxeram uma vitalidade às feiras, que já existiam desde o medievo mas com o capitalismo ganharam uma propulsão grandiosa nos centros urbanos europeus. O comércio intenso entre as cidades e as grandes navegações trouxeram para o homem a percepção da grandiosidade do mundo que os cercava. A economia ganhou força na venda de especiarias e produtos vindos do Novo Mundo, os burgueses iniciaram o processo de enriquecimento e de consolidação como classe social detentora de poder, dona do capital, mas as mudanças quanto



às pessoas com deficiência não foram além do processo de confinamento em instituições destinadas a esse público; a educação ainda não seria uma preocupação, nem para os mais pobres, muito menos para os deficientes.

No que se refere à deficiência, começaram a surgir novas idéias quanto à organicidade de sua natureza, produto de infortúnios naturais, conforme Paracelso e Sir Anthony Fitz-Hebert. Assim concebida, passou a ser tratada através da alquimia, da magia e da astrologia, métodos da insipiente medicina (Aranha, 2001, p. 6).

Nesse período o conceito de ciência ainda era prematuro; a racionalidade das pesquisas ainda estava em construção. Somente no século seguinte pudemos ver a ciência médica se desenvolver e desprender as práticas mágicas e rituais religiosos de seus tratamentos. Com o capitalismo comercial do século XVII o modo de produção capitalista foi consolidado juntamente com a burguesia; agora uma mão de obra era necessária, para a produção de bens de consumo. A educação, que em pequenas iniciativas da Igreja existia, passou a também ser ofertada pelo Estado, formando trabalhadores. Para as pessoas com deficiência uma nova visão surgiu, como podemos ver em Aranha (2001).

A relação da sociedade para com a pessoa com deficiência passou a se diversificar a partir desse período, caracterizando-se por iniciativas de institucionalização total, de tratamento médico e de busca de estratégias de ensino. Com o passar dos anos e os avanços tímidos, permeados pelas profundas mudanças sociais que a Europa passou, a educação para a pessoa com deficiência ganhou contornos inovadores para o período do século XVIII.

Dentre os primeiros passos dados, entretanto, na direção de mudar as características da relação da sociedade com as pessoas com deficiência, encontram-se os esforços de Jacob Rodrigues Pereira, em 1747, na tentativa de ensinar surdos congênitos a se comunicar. Tais tentativas foram tão bem-sucedidas que estimularam a busca de formas para lidar com outras populações, especialmente a de pessoas com deficiência mental (Aranha, 2001, p. 7).

O paradigma da institucionalização, que surge com as casas de cuidado institucional na Europa, tinha o cuidado e a educação como principal objetivo. Já aqui na América, a ação foi dimensionada para as práticas de segregação, de custódia dessas pessoas, que eram retiradas de seus locais de origem e confinadas em escolas especiais. O conceito de instituição total foi apresentado por Erving Goffman *apud* Aranha (2001), nos anos 60 do século XX. Quando ele publicou seus estudos, despertou o interesse em muitos outros pesquisadores que percebiam a ineficiência dos sistemas de institucionalização total e colocaram em discussão a inaptidão dos indivíduos que habitavam esses espaços para adaptação e reinserção na sociedade, indivíduos que não apresentavam ao sistema capitalista rentabilidade. Os impactos econômicos e sociais provocaram inúmeros estudos que embasaram o fim dessas instituições por todo o mundo, e no Brasil não foi diferente, como podemos ver ainda em Aranha:

Na década de 80, a Organização Mundial de Saúde calculou que a prevalência de pessoas com algum tipo de deficiência atinge cerca de 10% da população geral. No Brasil, de acordo com o último censo realizado em 2000, estima-se que em torno de 14,5 % da população é portadora de algum tipo de deficiência (Aranha, 2001, p.29).

A educação para crianças, jovens e adultos com deficiência no início da década de 90 do século



XX ainda era tema de correntes antagônicas quanto à metodologia e implementação no sistema público. A participação de órgãos internacionais como a UNESCO, movimentou a opinião pública e acelerou a inserção dos alunos com deficiências nas redes educacionais no país.

No âmbito de educação, a UNESCO realizou, em 1990, a Conferência Educação para Todos, que deu forma a um projeto educacional maior, propondo a universalização do acesso à educação e a promoção de equidade, através de um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais, e advertindo que os grupos excluídos — pobres, os meninos e meninas de rua ou trabalhadores, as populações de periferia e zonas rurais, os povos indígenas, as minorias étnicas, raciais e linguísticas, os refugiados, os alunos com necessidades educativas especiais — não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais (Aranha, 2021, p. 29)

A Declaração de Salamanca deixa evidente a necessidade de implementar uma educação de qualidade para todos. A partir da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, o currículo oficial brasileiro abordou a inclusão na Educação Básica em classes regulares, mas desde a década de 70 do século XX os alunos com deficiência já frequentavam as salas de aula regulares, a demora para perceber o que já estava nas salas de aula do país aumentou as desigualdades e a pobreza, e só na década de 90, já no final do século XX, conseguimos os primeiros avanços educacionais inclusivos.

A opção pela escola inclusiva foi oficialmente assumida por diversos países, através da Declaração de Salamanca (ONU/UNESCO, 1994). O documento final da Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais, ocorrida na Espanha, propõe implementar, nos sistemas educacionais, programas que levem em conta as características individuais e as necessidades de cada aluno, de modo a garantir educação de boa qualidade para todos. Salienta também o mérito da escola inclusiva de tentar mudar as atitudes de discriminação, criando comunidades mais acolhedoras. Esta proposta vem sendo gradativamente implementada em muitos países como Espanha (Cool, Palacios e Marchesi, 1995), EUA, Canadá, Austrália, Itália, Inglaterra (Stainback e Stainback, 1999), Chile, Moçambique e Angola (Crochík *et al.*, 2011, p. 565.)

Podemos perceber que a preocupação em construir escolas inclusivas surge na esfera internacional e, no comentário final, pela primeira vez, usa o nome inclusão em seu texto e aponta para a necessidade de três pontos: a necessidade urgente de escolas inclusivas; os sistemas escolares inclusivos e práticas inclusivas, e a segregação e a exclusão definitivamente não teriam mais espaço nas escolas. Em 2004, um novo encontro na cidade Salamanca foi organizado para avaliar a década pós declaração de Salamanca, e foi construído um espaço de análises e sugestões do mundo todo em torno de políticas públicas e iniciativas vindas da sociedade sobre a Educação Especial e a construção de uma escola inclusiva.

Este estudo teve início a partir de uma reflexão da prática de ensino na Educação Básica e nas lacunas da formação continuada do professorado da rede pública, e na Educação Especial ofertada na rede estadual do Rio Grande do Norte para a construção de uma escola inclusiva no Ensino Médio Potiguar. O aprimoramento dos conhecimentos dos professores e a prática de pesquisa são pontos pouco ofertados pelas redes de ensino, e quando ofertados não prezam pela qualidade ou pelo embasamento teórico científico. Essa afirmação é feita segundo nossa experiência, vivida por mais de 19 anos de docência em escolas públicas em anos finais do Ensino Fundamental e do Médio.



O ensino médio foi instituído no Brasil e se manteve nas mãos dos jesuítas do século XVI ao século XVIII, desde esse período os preceitos do catolicismo estiveram muito fortes no ensino do Brasil, já que a metrópole não custeava a educação na colônia e passou para as mãos dos religiosos a catequese e os primeiros ensinos das letras e números como podemos ver em (PINTO, 2028).

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e do reino “como se nunca houvessem existido” (apud ALMEIDA, 1989, p. 32), como consta do Alvará Régio de 1759, ocorreu uma evidente desorganização no padrão de oferta do ensino. Para a manutenção do sistema de aulas régias, então criado, foi aprovado o subsídio literário mediante a Carta Régia de 1772, 13 anos após a expulsão daquela ordem religiosa. Esse mecanismo de financiamento consistia na tributação de dez reais (moeda da época) em cada canada (2.622 L) de aguardente e de um real em cada arrátel (0,429 kg) de carne vendida nos açougues (ALMEIDA, 1989). É fácil imaginar o mínimo impacto arrecadador de um sistema como esse em uma colônia de base econômica agrícola e com uma população urbana insignificante. Se, atualmente, a sonegação sobre esses dois produtos é enorme, o que dizer há mais de dois séculos. Estudo feito por Moraes e Oliveira (2012) sobre a Comarca de Ouro Preto, antiga Vila Rica, para os anos de 1795-1797, mostra que ante uma contratação autorizada de três professores de Retórica, três de Filosofia, nove de Gramática Latina e 30 professores de primeiras letras, a receita anual do subsídio literário mal era suficiente para pagar três professores das cadeiras especializadas, ou nove professores de primeiras letras, os quais recebiam cerca de um terço da remuneração de seus colegas que lecionavam nas cadeiras específicas. (Pinto, 2018, p. 848).

O método implementado pelos Jesuítas valorizava a memorização e a repetição, era uma educação propedêutica, uma educação inicial para uma especialização posterior, uma preparação geral básica capaz de permitir o desdobramento posterior de uma área de conhecimento ou estudo, além do forte teor disciplinar implementado nessas escolas, as disciplinas eram voltadas a ética religiosa. Apenas uma pequena parcela da população colonial tinha acesso a essa educação, uma elite letrada em uma colônia onde a população era predominantemente analfabeta.

Quando os Jesuítas foram expulsos da colônia, um vazio se formou no ensino na colônia, não era o objetivo da metrópole formar aqui uma população letrada, havia o eminente risco de tomada de consciência da exploração que se fazia presente no Pacto Colonial, assim o Marquês de Pombal instituiu as aulas régias em Portugal em suas colônias pelo alvará de 28 de junho de 1759, como podemos ver em Pinto (2028), com professores sem o devido preparo e com influências e métodos questionáveis, no âmbito das reformas políticas, administrativas, econômicas e culturais.

Com a expulsão dos jesuítas de Portugal e do reino “como se nunca houvessem existido” (apud ALMEIDA, 1989, p. 32), como consta do Alvará Régio de 1759, ocorreu uma evidente desorganização no padrão de oferta do ensino. Para a manutenção do sistema de aulas régias, então criado, foi aprovado o subsídio literário mediante a Carta Régia de 1772, 13 anos após a expulsão daquela ordem religiosa. Esse mecanismo de financiamento consistia na tributação de dez reais (moeda da época) em cada canada (2.622 L) de aguardente e de um real em cada arrátel (0,429 kg) de carne vendida nos açougues (ALMEIDA, 1989). (Pinto, 2028, p. 848)

O ensino médio preparava para os estudos superiores que seriam feitos fora do Brasil, formando a elite colonial, futuros funcionários de baixo escalão da coroa, futuros proprietários rurais, e se mantém assim até 1930, a educação se mantém sem um órgão específico para o pensar e administrar como essa Educação seria ofertada até a Revolução de 1930. Em 1931 foi instituído o Decreto nº 3 19.890 complementado pelo Decreto/Lei nº4. 244 de abril de 1942,



conhecida como reforma Capanema, a partir do qual foi criada a Lei Orgânica do Ensino Secundário, que vigorou até 1971.

Todo esse decorrer foi cheio de rupturas e descontinuidades e que permitiram chegar a reforma, de 1942, que foi marcada pela articulação junto aos ideários nacionalistas de Getúlio Vargas e seu projeto político ideológico, implantando no “Estado Novo”. A preparação para o mercado de trabalho foi consolidado com a lei nº 5.692/71 as escolas de segundo grau deveriam garantir uma qualificação profissional, fosse de nível técnico, quatro anos de duração, ou auxiliar técnico, três anos e assim se manteve até meados de 1982. Com o fim da Ditadura Militar e a Constituição Federal de 1988 definem a função da escola e do ensino médio brasileiro, e introduziram novas diretrizes que resultaram na consolidação das Leis de Diretrizes Básicas para a Educação, de 1996, os 4 principais documentos que norteiam a educação básica no Brasil, são: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) e Plano Nacional de Educação (PNE).

Para se adequar a demanda da educação neoliberal e a BNCC, o ensino de cada unidade da federação teve sua reformulação, no Rio Grande do Norte para atender a demanda do Novo Ensino Médio instituído na lei 13.415/17, feita no governo Michel Temer, entre outras medidas segundo essa mesma lei, aumento do tempo mínimo de permanência do estudante na escola, para uma Carga horária de até 2400 horas anuais para a Formação Geral Básica e 600 horas para os Itinerários Formativos.

Este estudo tem como objetivo geral refletir sobre a Educação Especial no contexto do Novo Ensino Médio a partir da realidade da rede estadual do Rio Grande do Norte suas construções e perspectivas nessa etapa da educação e a construção de uma escola inclusiva. E como objetivos específicos: compreender a trajetória histórica da Educação Especial e Inclusiva no Brasil e sua aplicabilidade na rede regular de ensino básico; propiciar o entendimento da Educação Especial dentro da proposta de ensino regular do Novo Ensino Médio Potiguar e discutir a Educação Especial Inclusiva com base nos Itinerários Formativos e Trilhas de Aprofundamento, como espaços de diversidade e construção de saberes múltiplos. Quanto à metodologia, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de cunho interpretativo. A pesquisa bibliográfica é feita com base em material já elaborado, construído principalmente a partir de livros e artigos científicos.

A pesquisa baseia-se no estudo da teoria já publicada, assim é fundamental que o pesquisador se aproprie no domínio da leitura do conhecimento e sistematize todo o material que está sendo analisado. Na realização da pesquisa bibliográfica o pesquisador tem que ler, refletir e escrever sobre o que estudou, se dedicar ao estudo para reconstruir a teoria e aprimorar os fundamentos teóricos. É essencial que o pesquisador organize as obras selecionadas que colaborem na construção da pesquisa em forma de fichas (Sousa; Oliveira; Alves, 2021, p. 66).

A escola binária, entendemos de educação binária aquela que separa alunos padrão e não padrão, na qual de um lado colocamos os alunos padrão e do outro alunos com deficiência, não encontra mais espaço na educação brasileira, conforme veremos no decorrer desse trabalho. A relevância dos estudos em torno da pesquisa bibliográfica sobre a Educação Especial se dá pelo fato deste ser um estudo de lutas das minorias dentro do espaço social e para que tenham seus direitos reconhecidos e representados no universo escolar da forma que elas são, sem a necessidade de um nivelamento, para só assim poderem adentrar nas escolas regulares.

A inclusão social conforme aqui apresentada, tem ainda se caracterizado por uma história de lutas sociais empreendidas pelas minorias e seus representantes, na busca da conquista do exercício do seu direito ao acesso imediato, contínuo e



constante ao espaço comum da vida em sociedade (recursos e serviços) (Aranha, 2001, p.5).

Sobre a inclusão social, Aranha (2015) afirma que ela se faz presente na luta pela representatividade dentro da escola e principalmente nos documentos oficiais. Na formação dos cidadãos, as escolas ainda reproduzem a formação colonizadora e excludente que se arrasta desde o início do século XX. Muda-se o rótulo, mas o conteúdo permanece o mesmo. É importante conhecer as transformações, uma vez que a sociedade, e também os processos educacionais percorreram diferentes paradigmas, a saber: exclusão, segregação, integração e inclusão. A escola reúne a diversidade refletida pela sociedade e a construção de saberes e identidades. A professora e pesquisadora Maria Teresa Ecle Mantoan nos mostra uma abordagem direta sobre inclusão nos espaços escolares e desafios a serem superados.

A escola se entupiu do formalismo da racionalidade e cindiu-se em modalidades de ensino, tipos de serviço, grades curriculares, burocracia. Uma ruptura de base em sua estrutura organizacional, como propõe a inclusão, é uma saída para que a escola possa fluir, novamente, espalhando sua ação formadora por todos os que dela participam (Mantoan, 2003, p. 12).

Partimos de Mantoan (2003) para refletir sobre nossa visão sobre a Educação Especial e, assim, compreender a construção do Ensino Médio Potiguar e a perspectiva inclusiva e emancipatória dos documentos oficiais sobre a Educação Especial. Como a autora aponta na citação, a ação formadora é uma via para professores e alunos construírem conhecimento e uma equidade real na Educação. Partimos da análise de como a sociedade vê a educação da pessoa com deficiência na história, e avançamos até o século XX, período marcado por segregação e preconceito, do silenciamento à institucionalização das pessoas com deficiência, como podemos ver em Aranha (2001), mas após a década de 1960 a pesquisa nos conduziu a uma nova forma de ver a educação para o aluno deficiente.

Objetivamos analisar o modelo social da inclusão do aluno com deficiência nas escolas do Ensino Médio Potiguar, além de identificar, nos documentos oficiais, prerrogativas e dispositivos para que a inserção do aluno com deficiência seja substituída pela inclusão no ambiente escolar. Refletiremos ainda sobre a teoria de Mantoan (2003) sobre a Educação Inclusiva nos ambientes escolares, de Figueira (2023) sobre a introdução à Educação Inclusiva e de Mendes (2020) sobre a história da Educação Inclusiva no Brasil. A inclusão e a diferença são presentes na escola. Podemos perceber que construir saberes passa por eleger determinados comportamentos e saberes, assim se uniformizam os alunos e se atende à demanda da sociedade, mas não é bem assim. Candau e Sacavino (2015) afirmam que a igualdade e a diferença estão presentes e dialogam de forma complexa e contínua.

No entanto, considero importante afirmar que a articulação entre igualdade e diferença constitui uma questão que permeia a busca de construção de processos educativos que tenham no centro de sua dinâmica o reconhecimento das diferentes culturas, assim como a afirmação de uma democracia que assuma o pluralismo cultural das nossas sociedades. Considero que hoje não é possível se trabalhar questões relacionadas à igualdade sem incluir a questão da diferença, nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade (p. 67).

Estudar a inclusão é dar lugar de fala a um público significativo de pessoas que por



muito tempo foram invisibilizadas. Podemos perceber que construir saberes passa por eleger determinados comportamentos e conteúdos, assim se uniformizam os alunos e se atende à demanda da sociedade, mas não é tão simples assim. Candau e Sacavino (2015) afirmam que a igualdade e a diferença estão presentes e dialogam de forma complexa e contínua.

No entanto, considero importante afirmar que a articulação entre igualdade e diferença constitui uma questão que permeia a busca de construção de processos educativos que tenham no centro de sua dinâmica o reconhecimento das diferentes culturas, assim como a afirmação de uma democracia que assuma o pluralismo cultural das nossas sociedades. Considero que hoje não é possível se trabalhar questões relacionadas à igualdade sem incluir a questão da diferença, nem se pode abordar a questão da diferença dissociada da afirmação da igualdade (p. 67).

A questão do nivelamento em sala por muito tempo silenciou e excluiu os estudantes com deficiência. Quando a discussão sobre a educação democrática, voltada para a equidade chegou aos espaços escolares, a escola e todos os profissionais tiveram seu lugar de conforto abalados: era preciso fazer bem mais para proporcionar oportunidades para as mais diversas necessidades de desenvolvimento cognitivo e experiencial. O pluralismo cultural que sempre esteve na sala de aula e era silenciado, ganhou espaço no currículo e trouxe oportunidades de construir um espaço de equidade na escola.

## **METODOLOGIA**

Quanto à metodologia, desenvolvemos uma pesquisa bibliográfica, de cunho interpretativo. A pesquisa bibliográfica é desenvolvida com base em material já elaborado, construído principalmente a partir de livros e artigos científicos. A pesquisa bibliográfica tem fases a serem realizadas, que podem ser condensadas em: “escolha do tema, levantamento bibliográfico, formulação do problema, elaboração provisória dos assuntos e redação do texto” (Gil, 2002, 44). O problema formulado deve ser relevante e assim receber uma investigação bibliográfica; é preciso que seja delimitado para a viabilidade da pesquisa. Ao escolher desenvolver uma pesquisa bibliográfica interpretativa buscamos um olhar crítico e uma compreensão sobre a temática, como podemos perceber ainda no texto de Antônio Carlos Gil sobre a elaboração de pesquisa:

A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço. Por exemplo, seria impossível a um pesquisador percorrer todo o território brasileiro em busca de dados sobre população ou renda per capita; todavia, se tem à sua disposição uma bibliografia adequada, não terá maiores obstáculos para contar com as informações requeridas. A pesquisa bibliográfica também é indispensável nos estudos históricos. Em muitas situações, não há outra maneira de conhecer os fatos passados se não com base em dados bibliográficos (Gil, 2002, p. 45).

Perceber o tema sobre uma nova ótica, que parte da problematização do pesquisador nos motivou à escolha dessa metodologia de pesquisa. Esse aprofundamento teórico na literatura já existente permite um aprofundamento de temas complexos em educação, como é a Educação Especial e a inclusão nas escolas. Com uma diversidade de

abordagens existentes buscamos aprofundar as leituras no tema com foco em desenvolver análises de dados sobre a Educação Especial e a relevância dos resultados obtidos nos estudos. E, indo além, analisar os dados da Educação Especial no Estado do Rio Grande do Norte se faz necessário constantemente, já que o público é transitório e espalhado por todo o Estado nas escolas de Ensino Médio e as fontes de dados precisam estar em constante análise.

## RESULTADOS E DISCUSSÃO

A Constituição Federal de 1988 foi o ponto chave para a inserção da Educação Especial na esfera pública e a Conferência Mundial de Salamanca sobre Educação para Necessidades Especiais em 1994. Neste sentido, entendeu que a discriminação das pessoas com deficiência (PcD) no ensino se dava por meio da chamada Educação Especial.

A escola brasileira é marcada pelo fracasso e pela evasão de uma parte significativa dos seus alunos, que são marginalizados pelo insucesso, por privações constantes e pela baixa autoestima resultante da exclusão escolar e da social — alunos que são vítimas de seus pais, de seus professores e, sobretudo, das condições de pobreza em que vivem, em todos os seus sentidos. Esses alunos são sobejamente conhecidos das escolas, pois repetem as suas séries várias vezes, são expulsos, evadem e ainda são rotulados como malnascidos e com hábitos que fogem ao protótipo da educação formal (Mantoan, 2003, P. 18).

O fracasso escolar produziu o pensamento de que a educação separada, excludente do meio social que a escola propicia aos estudantes, que é a esfera social da escola, foi determinante para construir os primeiros espaços dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino. Com o avanço da pesquisa, a noção de educação foi ampliada, até mesmo a legislação precisou passar por revisões. Passamos a elencar as normativas da Educação Inclusiva a seguir:

- 1948- Declaração Universal dos Direitos do Homem: A ONU aprovou em 1948.
- 1989- Lei nº 7.853/89, que proíbe a recusa de matrícula de estudantes com deficiência, em qualquer nível ou curso de ensino.
- 1948- Declaração Universal dos Direitos do Homem: A ONU aprovou em 1948.
- 1989- Convenção sobre os Direitos da Criança: Aprovada em 1989.
- 1990- Declaração Mundial de Educação para Todos: Aprovada em 1990, na Conferência Mundial de Educação para Todos.
- 1994- Declaração de Salamanca: Aprovada em 1994, na Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada pela UNESCO na Espanha.
- 1996- Lei nº 9.394/96, que determina que os sistemas de ensino devem garantir currículo, métodos, recursos e organização específicos para alunos com necessidades especiais.
- **1999- Convenção da Guatemala:** Aprovada em 1999.
- 1999- Decreto nº 3.298, que define a Educação Especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino.
- 2001- Lei nº 10.172, que destaca a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.
- 2006- Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: Aprovada em 2006.



- 2012- Lei nº 12.764, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista.
- 2014- Plano Nacional de Educação (PNE), que prevê a universalização do acesso à educação básica e ao AEE para o público-alvo da educação especial até 2024.
- 2015- Lei Brasileira de Inclusão (LBI), que proíbe a negação de matrícula e de cobrança de taxas adicionais em casos de estudantes com deficiência.
- 2015- **Declaração de Incheon:** Aprovada em 2015.

A diversidade e a inclusão eram negligenciadas pelo poder público e pela sociedade, recebendo de herança o silenciamento de séculos passados, e essas crianças e jovens eram deixadas à própria sorte em florestas, excluindo-as do convívio social.

Buscamos dados divulgados pelo Ministério da Educação (MEC) por meio do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), do Censo Escolar 2023 que apontam para um aumento no número de matrículas na Educação Especial de 41,6% entre 2019 e 2023. Em números relativos ao Brasil são 1.771.430 registros computados na modalidade e a maior concentração está no Ensino Fundamental com 62,90% das matrículas (1.114.230); em seguida, estão a Educação Infantil com 16% (284.847) e o Ensino Médio que contabilizou 12,6% dos alunos (223.258).

Do total de matrículas 53,7% são de estudantes com deficiência intelectual (952.904); logo após, estão aqueles com Transtorno do Espectro do Autismo (TEA) com 35,9% delas (636.202); na sequência estão pessoas com deficiência física (163.790), baixa visão (86.867), deficiência auditiva (41.491), altas habilidades ou superdotação (38.019), surdez (20.008), cegueira (7.321) e surdo-cegueira (693). Além disso, 88.885 discentes possuem duas ou mais deficiências combinadas.

Entre os alunos com faixa etária de 4 a 17 anos da Educação Especial, constatou-se que o percentual de matrículas de incluídos em classes comuns demonstrou aumento gradativo: passou de 94,2% (em 2022) para 95% (em 2023).

Os índices internacionais e os indicadores nacionais aferidos pelo censo escolar e por avaliações externas demonstram a crescente amplitude que a educação especial desempenhou desde o início dos anos 2000 até a atualidade, mas é preciso perceber que a lei já determina alguns marcos importantes a serem discutidos e principalmente atender a demanda dos financiadores desses projetos educacionais que operam sobre o ensino médio.

Por isso, se faz necessário pensar o aluno com deficiência no Ensino Médio e o seu desenvolvimento social e cultural que está na atualidade em curso nas salas de aula e o respeito ao desenvolvimento integral e contínuo que vai muito além dos documentos oficiais, está na formação do corpo docente, nas estruturas físicas dos espaços escolares e até mesmo no financiamento, já que esse define as políticas implementadas no Ensino Médio. O Referencial Curricular do Rio Grande do Norte dedica 4,5 laudas, das 570 do documento todo, sobre a Educação Especial no Ensino Médio, para orientar o sistema estadual de ensino:

O Plano Nacional de Educação (PNE), instituído pela Lei nº 13.005/2014, reforça a garantia do atendimento das necessidades específicas na Educação Especial, assegurando o sistema educacional inclusivo. O Plano Estadual de Educação (PEE) no Rio Grande do Norte, instituído pela Lei nº 10.049/2016, em consonância com o PNE, dispõe acerca de estratégias para organização do seu sistema educacional inclusivo. O referido plano, na dimensão 1, contempla como uma de suas metas, especificamente, a meta 4, sobre a acessibilidade física, material, comunicacional e pedagógica; a implementação das salas de recursos multifuncionais; a formação continuada dos professores e os serviços



de apoio pedagógicos especializados necessários para garantir o cumprimento do direito às aprendizagens essenciais para todos os estudantes, respeitadas as suas características, interesses e necessidades educacionais (Rio Grande do Norte, 2016, p.44).

Essas medidas atendem às determinações federais do ensino, mas pouco avançam na inclusão do aluno com deficiência na etapa final da Educação Básica, na qual podemos ver, de forma superficial, o atendimento às determinações federais de inclusão nos espaços escolares. O Ensino Médio foi reformulado em 2016 e a estrutura dos Itinerários Formativos se somou à Formação Geral Básica, com o intuito de diversificar os saberes e dinamizar a entrada de conteúdos pertinentes à sociedade e ao mundo do trabalho no currículo escolar.

A Arquitetura Curricular do Ensino Médio Potiguar é composta por Formação Geral Básica, que compreende as aprendizagens essenciais, como apresentado no capítulo anterior deste Referencial, e os Itinerários Formativos, enquanto estratégia de flexibilização curricular, que promovem o aprofundamento e ampliação das aprendizagens, visando a articulação da instituição escolar aos anseios da comunidade em que está inserida e o fomento ao protagonismo estudantil (Rio Grande do Norte, 2016, p. 541).

A proposta inicial de possibilitar aos alunos do Ensino Médio saberes que estavam além das disciplinas obrigatórias trouxe uma empolgação para a sociedade. A ampliação de saberes para a cidadania e o mundo do trabalho era, no princípio, o foco, mas devido a uma estrutura deficitária e um financiamento que limita a real abertura de saberes no currículo do ensino, os Itinerários Formativos tornaram-se espaços pequenos ou limitados de produção de conhecimento e de inclusão, dependendo da rede de cada estado e sua formatação. Mas as redes não estavam nem estão preparadas para essa demanda, permanecendo um abismo entre o documento e a efetividade do ensino na vida pós Ensino Médio dos jovens. Muitas são as mudanças que tentam aprimorar essa etapa.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Partindo das premissas construídas em nosso estudo e pesquisa, podemos observar que as informações contidas no Censo Escolar deixam claro que o público alvo dessas políticas foi atendido de forma satisfatória, mas que ainda há um longo caminho, especialmente no Ensino Médio para que a inclusão ocorra, que os espaços da Educação Especial sejam um espaço de aprimoramento e pesquisa para os educadores que entendem esse desafio e buscam uma pesquisa contínua em sua formação. Obstáculos existiram no passado e permanecem na atualidade: o Referencial Curricular do Ensino Médio Potiguar ainda é muito vago quando fala da Educação Especial. O Censo Escolar é a principal pesquisa estatística da Educação Básica, coordenado e realizado pelo INEP em regime de colaboração pelas secretarias estaduais e municipais de Educação e com a participação de todas as escolas públicas e privadas do País. O levantamento estatístico abrange as diferentes etapas e modalidades da Educação Básica: Ensino Regular, Educação Especial, Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Educação Profissional.

Os dados obtidos pelo número de matrículas servem de base para o repasse de recursos do governo federal e para o planejamento e a divulgação das avaliações realizadas pelo INEP. O Censo Escolar também é uma ferramenta fundamental para que os atores educacionais possam compreender a situação educacional do Brasil, das unidades federativas e dos municípios bem



como das escolas, permitindo-lhes acompanhar a efetividade das políticas públicas educacionais.

Essa compreensão é proporcionada por meio de um conjunto amplo de indicadores que possibilitam monitorar o desenvolvimento da educação brasileira. Entre eles, estão o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB), as taxas de rendimento e de fluxo escolar, além da distorção idade-série: todos calculados com base no Censo Escolar. Parte dos indicadores também serve de referência para o monitoramento e cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE).

Ao percebermos a trajetória de lutas e vitórias da Educação Inclusiva percebemos que na educação potiguar, desde a década de 1970, vem se desenvolvendo iniciativas para que a Educação Especial seja uma realidade em todo o Estado. Ele existe e educadores e alunos estão envolvidos na melhoria e aplicabilidade da Educação Especial para a humanização e respeito as diferenças.

Percebemos que a escola inclusiva ainda é uma construção, e como construção os alicerces foram lançados. Todo processo de mudança na Educação é lento e gradual e se faz desde a Educação Infantil, Ensino Fundamental Anos Iniciais e Finais até o Ensino Médio, compreendendo o que chamamos de ensino básico. Instrumentalizar para o exercício da cidadania vai muito além de ensinar a ler e escrever, é preciso instrumentalizar para a formação cultural e o respeito à diversidade com temas que ainda aparecem de maneira muito tímida nos currículos e na escola.

Destacamos pontos que elencamos como primordiais que sintetizam passos para uma educação inclusiva, destacamos o papel do Censo Escolar que nos permite identificar a presença de alunos com necessidades especiais nas escolas, fornecendo dados quantitativos essenciais para o planejamento educacional; a Análise de Tendências, os dados coletados ao longo dos anos possibilitam a análise de tendências na educação inclusiva, permitindo avaliar o impacto das políticas públicas implementadas. Podemos ainda seguir coordenadas movidas por um Planejamento de Recursos com base nos números do Censo, sendo possível planejar a alocação de recursos materiais e humanos necessários para atender adequadamente os alunos com necessidades especiais.

Com os dados do Censo Escolar podemos auxiliar na definição de metas realistas para a inclusão escolar, considerando a realidade específica de cada região e escola do estado, já com as tecnologias assistivas o investimento em tecnologias adaptativas que possibilitem maior autonomia e participação dos alunos com deficiência como softwares de leitura de tela, dispositivos de comunicação alternativa e sistemas de reconhecimento de voz.

A formação continuada proporciona a implementação de programas de formação para professores e gestores, focados em práticas pedagógicas inclusivas e na utilização de novas tecnologias educacionais. O currículo flexível e adaptável é mais um ponto que elencamos como base para a educação inclusiva que permita a personalização do ensino de acordo com as necessidades e potencialidades de cada aluno em consonância com as propostas do Novo Ensino Médio.

Importante também ressaltar que as parcerias intersetoriais e o estabelecimento de parcerias entre a educação, saúde e assistência social para um atendimento mais integral aos alunos com necessidades especiais, promovendo uma abordagem multidisciplinar da inclusão. Entendemos que o ato de identificar o aluno público da modalidade de Educação Inclusiva se faz vital para desenvolver estudos sobre essa demanda, principalmente na formação do corpo docente, oferecendo que a possibilidade de desenvolvimento de cada educando seja viabilizada no Novo Ensino Médio Potiguar, especialmente nos Itinerários Formativos como parte complementar do currículo geral do Ensino Médio, solidificando o Projeto Político Pedagógico das escolas da rede estadual de ensino.



## REFERÊNCIAS

- ARANHA, Maria Salete Fabio, Paradigmas da relação da sociedade com as pessoas com deficiência. **Revista do Ministério Público do Trabalho**, Ano XI, n. 21, pp. 160-173, março, 2001.
- BRASIL. **Base Nacional Comum Curricular**. Relatórios e Pareceres. Brasília, Ministério da Educação, s/d. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/relatorios-e-pareceres>. Acesso em: 07 jan. 2024.
- BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Gráfica do Senado, 2016.
- BRASIL, **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Especial. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação, 2021.
- BRASIL, **Lei Nº 9.394**, de 20 de dezembro de 1996, Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília: Casa Civil, 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm) . Acesso 09/02/2024.
- CANDAU, Vera Maria, SACAVINO, Susana Beatriz. **Educação: temas em debate**. Rio de Janeiro: 7letras, 2015.
- CROCHIK, José Leon, PEDROSSIAN, Dulce Regina dos Santos; ANACHE, Alexandra Ayach; MENEZES, Branca Maria de Meneses; LIMA, Maria de Fátima Evangelista Mendonça. Educação inclusiva: escolha e rejeição entre alunos. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v.37,,n.3, p. 565 -582, set./dez. 2011.
- CUNHA, Aysllane Junie Pessoa da. **O educador especial no Rio Grande do Norte: reflexões acerca do profissional e sua prática**. 147f. Dissertação de Mestrado, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Programa de Pós-Graduação em Educação. Natal .2022.
- FIGUEIRA, Emílio. **Introdução geral à Educação Inclusiva** Artigos, Entrevistas, Práticas Pedagógicas, Materiais Didáticos Para Professores e Famílias, Legislações 2ª. Ed. Revista e Ampliada. São Paulo: Figueira Digital/Agbook, 2023.
- GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2002.
- MANTOAN. Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar: o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.
- MENDES, Rodrigo Hübner **Educação Inclusiva na prática: experiências que ilustram como podemos acolher todos e perseguir altas expectativas para cada um**. São Paulo: Fundação Santillana, 2020.
- MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Frequência Escolar**. Brasília: Ministério da Educação, [s/d.] Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/component/tags/tag/frequencia-escolar> Acesso em 18 de maio



de 2024.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão.** Brasília: Ministério da Educação, 18/03/2024. Disponível em: [Matrículas na educação especial chegam a mais de 1,7 milhão — Ministério da Educação \(www.gov.br\)](http://www.gov.br). Acesso em 08/10/ 2024.

RIO GRANDE DO NORTE. **Referencial Curricular Do Ensino Médio Potiguar.** Secretaria de Educação, da Cultura, do Esporte e do Lazer Coordenadoria de Desenvolvimento Escolar; Subcoordenadoria de Ensino Médio; Equipe de Currículo, Natal: SEEC-RN, 2021.

SAMPAIO, Cristiane T; SAMPAIO, Sônia Maria R. **Educação inclusiva: o professor mediando para a vida,** Salvador: EDUFBA, 2009.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de identidade;** uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2023.

SOUSA, A. S.; OLIVEIRA, S. O.; ALVES, L H. A pesquisa bibliográfica: princípios e fundamentos. **Cadernos da Fucamp**, v.20, n.43, p.64-83/